



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Chefes de Gabinete
Secretário-Geral da PGR
Diretores Regionais e equiparados
Inspetores Regionais
Institutos Públicos

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência
Circular/DROAP/2018/8

Data
2018/02/14

ASSUNTO: VALORIZAÇÕES REMUNERATÓRIAS - ARTIGO 18.º DA LEI N.º 114/2017, DE 29 DE DEZEMBRO (LOE2018) – ADITAMENTO À CIRCULAR/DROAP/2018/3, DE 12 DE JANEIRO.

Atendendo às dúvidas suscitadas por vários serviços e organismos da administração regional sobre o assunto supra identificado;

Considerando que a alínea a) do artigo 18.º da LOE 2018 apenas veio remover os condicionalismos impostos pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado desde 2011 ao normal desenvolvimento remuneratório, não introduzindo alterações aos regimes em vigor, previstos designadamente, no artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de janeiro, e no artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho - que veio estabelecer especificidades na Região quanto à relevância do tempo de serviço relativamente às carreiras revistas aquando da transição para nova carreira;

Obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, esclareço o seguinte:

A ponderação das valorizações remuneratórias dos trabalhadores da administração regional deve ser realizada de acordo com os procedimentos elencados na CIRCULAR/DROAP/2018/3, de 12 de janeiro, com as seguintes especificidades:

1- No **ponto 4 da Circular/DROAP/2018/3, de 12 de janeiro** refere-se que “só relevam para alteração obrigatória do posicionamento remuneratório em que o trabalhador se encontra, ao abrigo da alínea a) do artigo 18.º da LOE 2018, os pontos obtidos a partir da data da última alteração do seu posicionamento remuneratório na carreira/categoria em que se encontra (independentemente da razão da alteração, seja ela resultante da contagem do tempo de serviço ao abrigo do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, de

Na resposta mencione, sempre, a nossa Circular/DROAP/2018/8



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

bannt

promoções ou de mudança de carreira), **relevando, para este efeito, as avaliações de desempenho ocorridas a partir do ano 2004 inclusive, referidas às funções exercidas durante a colocação no escalão e índice atuais ou na posição remuneratória a que corresponda a remuneração base que os trabalhadores venham auferindo, independentemente do trabalhador estar integrado numa carreira revista, não revista ou subsistente.**

2- Deve ser tida em conta a classificação de serviço/avaliação de desempenho atribuída ao trabalhador no ano em que ocorreu a sua última alteração do posicionamento remuneratório na carreira/categoria.

3- O **disposto nos pontos 5.1. e 5.2 da Circular/DROAP/2018/3, de 12 de janeiro, deve ser conciliado com o regime previsto no artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho**, que contem um regime especial no tocante à **“relevância do tempo de serviço” prestado de 2004 a 2008 pelos trabalhadores integrados em carreiras já revistas e subsistentes.**

3.1- Como a aplicação do regime previsto no artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 27 de fevereiro, pressupõe a integração na nova carreira ou em carreira qualificada como subsistente (daqui resultando não ser o mesmo aplicável aos trabalhadores das carreiras não revistas), a avaliação do desempenho dos trabalhadores integrados nestas carreiras (não revistas), no período 2004 a 2008, para efeitos de progressão na carreira/categoria, deve ser valorada nos termos do artigo 18.º da LOE 2018, explicitados na Circular/DROAP/2018/3, de 12 de janeiro.

3.1.1- **Assim, as regras aludidas nos pontos 5.1. e 5.2. da Circular/DROAP/2018/3, de 12 de janeiro, são aplicáveis à situação dos trabalhadores integrados nas carreiras não revistas**, que, no período de 2004 a 2008, não tenham sido avaliados ou cuja avaliação tenha sido realizada com base em sistema de avaliação de desempenho sem diferenciação de mérito, como é o caso do sistema de avaliação regulado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 11/84/A, de 8 de março.

3.1.2- A partir do ano 2009, a contagem dos pontos resultantes da avaliação de desempenho dos trabalhadores integrados em carreiras não revistas é feita - em termos idênticos aos previstos para as carreiras revistas e subsistentes - nos termos indicados nos pontos 5.5. e 5.6. da Circular DROAP/2018/3, de 12 de janeiro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

3.1.3 - A progressão nas carreiras não revistas deve ser concretizada por referencia às regras de alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (cfr. a disposição normativa anteriormente contida no n.º 4 do artigo 117.º LVCR e na *subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 64-A/2008*, de 31 de dezembro (LOE 2009), e agora plasmada na subalínea i) da alínea b) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho).

Exemplos de progressão na carreira de trabalhadores integrados em carreiras não revistas:

Exemplo 1: 1 especialista de informática, posicionado desde março de 2006, no grau 3, nível 2, escalão 1, índice 780, a que corresponde a remuneração de 2.677,58 € (que se fixa na tabela remuneratória única – doravante TRU - entre os níveis remuneratórios 43 e 44), que tenha obtido classificação no período de 2006 a 2008 ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/84/A, de 8 de março, e nos ciclos avaliativos seguintes a avaliação de relevante até 2015/2016, inclusive, obtém a valoração de 19 de pontos, pelo que reúne condições para ser reposicionado como especialista de informática, grau 3, nível 2, escalão 2, índice 820, com a remuneração – que se fixa na TRU entre os níveis remuneratórios 46 e 47 - de 2.814,90€, nos seguintes termos:

Ciclo de avaliativo	Avaliação	Pontuação correspondente
2006	Avaliação ao abrigo do DRR 11/84/A, de 08/03	1
2007		1
2008		1
2009	Relevante	2
2010	Relevante	2
2011	Relevante	2
2012	Relevante	2
2013	Relevante	2
2014	Relevante	2
2015/2016	Relevante	4
Total pontos		19
19 pontos = 1 valorização remuneratória. Restam 9 pontos, que servirão para futuras alterações de posicionamento remuneratório.		

Exemplo 2: 1 técnico de informática, posicionado desde março de 2008, no grau 3, nível 1, escalão 1, índice 580, a que corresponde a remuneração de 1.991,02 € (que se fixa na TRU entre os níveis remuneratórios 30 e 31), que tenha obtido avaliação no ano 2008 nos termos do Decreto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Regulamentar Regional n.º 11/84/A, de 8 de março, e, a partir daí, a avaliação de adequado, obtém a valoração de 9 pontos, pelo que não reúne condições para alteração obrigatória do seu posicionamento remuneratório a 1 de janeiro de 2018:

Ciclo de avaliativo	Avaliação	Pontuação correspondente
2008	Avaliação ao abrigo do DRR 11/84/A, de 08/05	1
2009	Adequado	1
2010	Adequado	1
2011	Adequado	1
2012	Adequado	1
2013	Adequado	1
2014	Adequado	1
2015/2016	Adequado	2
Total pontos		9
9 pontos < 10 pontos = o trabalhador não reúne condições para ser respocionado, devendo os 9 pontos obtidos ser tidos em conta para futuras alterações de posicionamento remuneratório.		

3.2- A avaliação do desempenho dos trabalhadores inseridos nas carreiras revistas e subsistentes – que tenham obtido classificação de bom ou muito bom, ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/84/A, de 8 de março, ou que não tenham sido avaliados, caso tivessem direito a avaliação, por razão que não lhe foi imputável, que são equiparadas no SIADAPRA, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 27 de fevereiro, à menção de relevante - no período 2004 a 2008, inclusive, deve ter em conta os seguintes parâmetros:

3.2.1- Os trabalhadores inseridos em carreiras revistas e subsistentes, abrangidos pelo n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 27 de fevereiro – concretamente, aqueles que não aproveitaram o tempo decorrido no período de 2004 a 2008 para evolução na carreira/categoria, e que, de acordo com as regras aplicáveis nesse período, à sua carreira, reuniam condições para o efeito - **têm um impulso remuneratório**.

A partir de 1 de janeiro de 2009, inicia-se nova contagem dos pontos resultantes da sua avaliação de desempenho, que, como já se aludiu, obedece às mesmas regras aplicáveis às carreiras não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

revistas, referenciadas nos pontos 5.5. e 5.6. da Circular DROAP/2018/3, de 12 de janeiro, que poderão dar lugar a nova valorização remuneratória se reunidas as condições para o efeito estabelecidas.

Exemplo 3 - Progressão na carreira de trabalhador abrangido pelo n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 27 de fevereiro: Um inspetor integrado na carreira especial de inspeção (Inspeção Regional da Administração Pública, Inspeção Regional da Educação e Inspeção Regional de Saúde), carreira revista nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011/A, de 15 de junho, que adapta à Região o Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 agosto, e cujo última posição remuneratória tenha sido determinada a 31 de outubro de 2003 (dando lugar ao seu posicionamento na TRU entre as posições remuneratórias 11 e 12, níveis remuneratórios 53 e 56), com a remuneração de 3.178,82 €, com a classificação de muito bom atribuída nos anos 2004 a 2008, ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/84/A, de 8 de março, e classificação de relevante, no âmbito do SIADAPRA, nos anos seguintes, terá duas valorizações remuneratórias (posições remuneratórias 12 e 13), passando a sua remuneração a ser determinado pelo nível remuneratório 59 a que corresponde a remuneração de 3.467,13 € - restando-lhe 6 pontos que poderão ser tidos em conta para futuros impulsos remuneratórios – nos seguintes termos:

Ciclo de avaliativo	Avaliação	Pontuação correspondente
2003		
2004	Tendo em conta as regras de progressão anteriormente aplicáveis a esta carreira (3 anos de permanência no escalão imediatamente anterior, com classificação de bom ou muito bom) e as especificidades a ter em conta em matéria de classificação de serviço (cfr. ponto 3.2) – 1 valorização remuneratória.	
2005		
2006		
2007		
2008		
2009	Relevante	2
2010	Relevante	2
2011	Relevante	2
2012	Relevante	2
2013	Relevante	2
2014	Relevante	2
2015/2016	Relevante	4
Total pontos		16
1 valorização remuneratória (período 2004 a 2008) + 16 pontos = 2 valorizações remuneratórias. Restam 6 pontos, que servirão para futuras alterações de posicionamento remuneratório.		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

3.2.2- Relativamente aos **trabalhadores inseridos em carreiras revistas e subsistentes abrangidos pelo n.º 2 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 27 de fevereiro** - ou seja, os trabalhadores que não se encontrando nas condições aludidas no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 27 de fevereiro, alteraram a sua posição remuneratória no período de 2004 a 2008, designadamente, por promoção – as avaliações de bom e muito bom adquiridas neste período, com as especificidades aludidas no ponto 3.2. supra, devem ser consideradas em conjunto com as avaliações de desempenho obtidas a partir do ano 2009.

Exemplo 4: um trabalhador da carreira técnica superior, que, por força de promoção ocorrida em 2007, se encontre posicionado entre as posições remuneratórias 4 e 5, níveis remuneratórios 23 e 27, auferindo a remuneração de 1.750,53€, aproveitará as avaliações obtidas neste período, equiparadas a relevante, e que não tenham sido consideradas para a promoção, que devem ser adicionadas às obtidas a partir do ano 2009, que, no caso concreto, corresponderam à menção de adequado no ano 2009 e de relevante nos ciclos avaliativos seguintes, pelo que somará 19 pontos, que lhe permitirão ter uma valorização remuneratória, e assim ser reposicionado na posição remuneratória 27, com a remuneração de 1.819,38€, restando-lhe 9 pontos a ter em conta em futuro reposicionamento remuneratório:

Ciclo de avaliativo	Avaliação	Pontuação correspondente
2007	Muito bom	2
2008	Muito bom	2
2009	Adequado	1
2010	Relevante	2
2011	Relevante	2
2012	Relevante	2
2013	Relevante	2
2014	Relevante	2
2015/2016	Relevante	4
Total pontos		19

19 pontos = 1 valorização remuneratória.
Restam 9 pontos, que servirão para futuras alterações de posicionamento remuneratório.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Samit

4- As posições remuneratórias complementares foram criadas nas carreiras revistas, transitoriamente, com vista a garantir e/ou elevar as expetativas de evolução remuneratória nas anteriores carreiras e, ou, categorias, pelo que só podem às mesmas aceder os trabalhadores que se encontravam integrados nas carreiras que foram objeto de revisão, e já não os que ingressaram nas novas carreiras/carreiras revistas.

Exemplo 5: A evolução na carreira de 1 assistente administrativo que transitou para a carreira/categoria de assistente técnico a 1 de janeiro de 2009, ao abrigo da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, poderá ocorrer até à 12.ª posição remuneratória, nível remuneratório 17, enquanto um trabalhador que tenha ingressado na carreira após 1 de janeiro de 2009, evolui na carreira até à 9.ª posição remuneratória, nível remuneratório 14.

5- Havendo necessidade de, a pedido do trabalhador, ser realizada avaliação por ponderação curricular, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 18.º da LOE2018, a mesma deve abranger todos os trabalhadores que tenham solicitado a realização da sua avaliação nestes moldes, bem como, todos os períodos em falta, independentemente de abarcarem um ou mais ciclos avaliativos, sendo o desempenho deste grupo de trabalhadores diferenciado mediante a aplicação das percentagens de previstas no artigo 75.º do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 7 de Agosto, na redação atual, introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2015/A, de 23 de Dezembro, doravante referenciado como SIADAPRA, e artigo 5.º da Resolução do Conselho de Governo n.º 20/2010/A, de 10 de janeiro.

6- As alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 18.º da LOE 2018 elencam as valorizações remuneratórias permitidas, abrangendo as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões, mudanças de nível ou escalão e ainda promoções, nomeações ou graduações em carreira ou posto superior ao detido (encontrando-se, “à *contrario sensu*” afastada a possibilidade de alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária), as quais, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do decreto legislativo regional n.º 49/2006/A, de 11 de dezembro, e do artigo 5.º do Decreto Legislativo regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, carecem de autorização do senhor Vice-Presidente, nos termos explicitados no ponto 14 da Circular DROAP/2018/3, de 12 de janeiro

7- Deve ser aplicado o regime jurídico definido para as carreiras não revistas e subsistentes, que tem como relevante o tempo de serviço e as classificações de serviço atribuídas, para efeitos de mudanças de nível, promoções, nomeações ou graduações em categorias ou postos de acesso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Barral

7.1. Para efeitos de preenchimento de requisitos para eventual concurso de promoção nas carreiras não revistas e subsistentes, as menções de Adequado e Relevante atribuídas em sede de SIADAPRA devem ser consideradas como, respetivamente, Bom e Muito Bom; como a menção de Excelente é uma menção de mérito, atribuída apenas de entre Relevantes - não alterando a menção quantitativa atribuída - a mesma não tem paralelo nos anteriores sistemas de classificação de serviço.

8- As condições subjacentes às valorizações remuneratórias dos trabalhadores da administração regional com vínculo de emprego público por tempo indeterminado que possam de as mesmas beneficiar, devem ser verificadas pelos serviços a que os mesmos se encontram afetos a título definitivo, independentemente do local em que se encontrem a exercer funções.

9- Esta verificação deve abranger os trabalhadores da administração regional em situação de cedência de interesse público, porquanto é-lhes reconhecido o direito à contagem, na categoria de origem, do tempo de serviço prestado em regime de cedência (alínea a) do n.º 3 do artigo 242.º da LGTFP).

10- Considerando a necessidade de densificação da informação aludida no Anexo à Circular DROAP/2018/3, no sentido de integrar também a identificação da posição e nível remuneratórios em que cada trabalhador deve ser reposicionado a partir de 1 de janeiro de 2018, deve aquele ser substituído, mediante o preenchimento do Anexo a este Aditamento.

11- Como a progressão/alteração obrigatória do posicionamento remuneratório pressupõe a acumulação de 10 pontos na avaliação do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que os trabalhadores se encontram (n.º 7 do artigo 156.º da LGTFP), só devem constar do Mapa anexo à presente adenda à Circular DROAP/2018/3 os colaboradores que reúnam, no mínimo, este número de pontos na sua avaliação.

12- Deve ser dado conhecimento aos trabalhadores das pontuações que lhe foram atribuídas previamente à remessa deste Mapa a esta direção regional.

Em face do exposto, e com o intuito de dar continuidade à operacionalização dos procedimentos mencionados na Circular/DROAP/2018/3, de 12 de janeiro, solicito que enviem os necessários esforços no sentido de garantir a divulgação do presente aditamento junto das entidades empregadoras públicas que compõem esse departamento, de modo a que estas orientações sejam tidas em conta na determinação e identificação de valorizações remuneratórias dos seus trabalhadores, usando para o efeito o Anexo à presente Circular, que deve constituir suporte



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

instrutório do pedido de autorização do senhor Vice-Presidente para a sua concretização, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos